



Boletim Técnico n.º 38

POSSE DA TERRA NA REGIÃO CACAUEIRA DA BAHIA.
UM NOVO ENFOQUE

Salem Rachid Asmar

Boletim Técnico nº 38

POSSE DA TERRA NA REGIÃO CACAUEIRA DA BAHIA.
UM NOVO ENFOQUE

Salem Rachid Asmar

Centro de Pesquisas do Cacau
Março de 1976

COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA – CEPLAC

CONSELHO DELIBERATIVO

Presidente

Alysson Paulinelli – Ministro da Agricultura

Vice-Presidente

Benedito Fonseca Moreira – Diretor da CACEX

Ministério da Indústria e Comércio

Carlos Pereira Filho

Governo do Estado da Bahia

José Guilherme Motta

Governo do Estado do Espírito Santo

Emir Macedo Gomes

Banco Central do Brasil

Antonio Luiz Marchesini Torres

Produtores de Cacau

Onaldo Xavier de Oliveira

SECRETARIA GERAL

José Haroldo Castro Vieira – Secretário Geral

DIRETORIA REGIONAL

Diretor Científico

Paulo de T. Alvim

Diretor Administrativo

Roberto Midlej

Diretor do Centro de Pesquisas do Cacau

Fernando Vello

Diretor do Departamento de Extensão

Manoel Malheiros Tourinho

Diretor da Escola Média de Agricultura da Região Cacaueira

Altenides Caldeira Moreau

Editor

Jorge Octavio Alves Moreno

Publicação do CEPEC-CEPLAC

Caixa Postal 7, Itabuna, Bahia, Brasil

Março de 1976. Tiragem: 3.000 exemplares

Impresso na DICOM pelo sistema offset.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO AO PROBLEMA	5
O PROBLEMA	6
OBJETIVOS	7
HIPÓTESES	7
MATERIAL E MÉTODOS	8
Análise de conceitos	8
Análise estatística	9
RESULTADOS	9
CONCLUSÕES	11
AGRADECIMENTOS	15
RESUMO	15
LITERATURA CITADA	16

POSSE DA TERRA NA REGIÃO CACAUEIRA DA BAHIA. UM NOVO ENFOQUE

Selem Rachid Asmar *

“A grande propriedade encontrou, no Brasil, condições que lhe permitiram não só persistência, mas sobretudo seu arraigamento de tal maneira capaz de resistir a quaisquer tentativas de inovações ou de modificações na estrutura agrária”.

Manoel Diegues Jr.

“Os minifúndios representam cerca de três quartos das propriedades existentes no país, ocupando mais de um décimo da extensão, daí as tensões nas áreas mais povoadas e a política que vem sendo intensificada desde 1960, de expandir para o Oeste a fronteira agrícola”.

Manoel Correia de Andrade

INTRODUÇÃO AO PROBLEMA

A evidência do vagaroso progresso da agricultura brasileira tem como indicadores a baixa produtividade de seus recursos relativos à sua capacidade potencial e, principalmente, o distorcido sistema de posse da terra.

Essa situação desvantajosa em relação aos outros setores da economia e a ameaça da fome mundial têm sido objeto de uma maior participação do poder público, no intuito de desenvolver o setor agrícola.

Uma verdade se torna bastante patente: coexistem em todo o território brasileiro a exploração camponesa, a empresa familiar, a empresa capitalista e o latifundiário. O grau com que o capitalismo atingiu o campo (e vem transformando as relações sociais de organização e produção) é que determina a predominância de um ou outro tipo descrito anteriormente.

* Sociólogo M.S. da Divisão de Sócio-Economia do CEPEC. Ilhéus, Bahia, Brasil.

A noção de grande, média e pequena propriedade não é, porém, numérica, estatística, não se podendo estabelecer pelo número de hectares se uma propriedade é grande ou pequena.

Assim, a propriedade pode ter centenas de hectares e não possuir condições de sustentar, em níveis de vida razoáveis, uma família. Por outro lado, em zonas onde há irrigação e onde a proximidade de centros consumidores de produtos de alto preço permite o desenvolvimento de uma rendosa agricultura de frutas e legumes, esta mesma propriedade seria considerada grande.

Baseado nessas características, surgiu a lei 4.504, de 30 de novembro de 1964, instrumento legal que possibilita a execução da reforma agrária no país.

Conforme o Estatuto da Terra, essa lei "nasceu da necessidade de dar à terra uma nova regulamentação, modificando-se a estrutura agrária do país, e de si mesma evidente, ante os anseios de reforma e justiça social de regiões de assalariados, parceiros, arrendatários e posseiros que não deslubram, nas condições atualmente vigentes no meio rural, qualquer perspectiva de se tornarem proprietários da terra que cultivam" (5).

Desta maneira, introduziu-se o conceito de módulo rural na lei agrária brasileira, decorrente da necessidade de estabelecer uma unidade de medida que exprima a interdependência entre:

- a) dimensão;
- b) situação geográfica dos imóveis rurais;
- c) forma e condições de seu aproveitamento econômico.

Também na região cacaueira da Bahia, coexiste essa gama variada de exploração. Trata-se de uma área com predominância de cacau, secundada pelos cultivos de seringueira, dendezeiro, coqueiro, piaçaveira e pimenteira, além da pecuária, de importância cada vez mais crescente e rivalizadora com o cacau (4).

Sua extensão compreende 16% de todo o Estado, para 26% de sua população (3).

Entretanto, não se conhece em que proporção se estrutura a posse da terra, se há meios racionais ou tradicionais na maioria de sua exploração, de que maneira se aplicaria a lei 4.504 nessa região.

O PROBLEMA

Classificar as propriedades da região cacaueira da Bahia de acordo com o Estatuto da Terra, visto que os critérios baseados

somente em hectares podem apresentar distorções, devido às generalizações.

OBJETIVOS

Geral

Essa classificação tem em mira facilitar os estudos destinados ao desenvolvimento agrícola regional, conseqüentemente, ao desenvolvimento econômico dessa sociedade.*

Específicos

- Classificar os imóveis para os 89 municípios componentes da Grande Região Cacaueira da Bahia (área do Diagnóstico Socioeconômico da Ceplac);
- Classificar os imóveis para os municípios da Microrregião Homogênea Cacaueira (complexo cacaueiro com 28 municípios);
- Classificar os imóveis por Municípios não Produtores de Cacau, cuja base econômica é a pecuária bovina (21 municípios).

HIPÓTESES

A hipótese que norteia o presente trabalho é a de que, ao se dissociar os 28 municípios do complexo mais expressivo de cacau (Microrregião Homogênea Cacaueira) dos 89 municípios que compõem a presente pesquisa (Grande Região Cacaueira), aqueles se apresentarão com um número de "empresas rurais" muito alto e um insignificante número de minifúndios e latifúndios, por exploração e por dimensão, relevando-se uma ÁREA INAPTA À REFORMA AGRÁRIA (1)(2)(3).

* O Polo Nordeste, recentemente instalado com base no II PND, visa à aplicação no Setor Agrícola, para o quinquênio 1975/79, de 5 (cinco) bilhões de cruzeiros, e um dos seus objetivos principais é a reforma agrária nesta área.

(1) (2) Maria Helena Alencar, em dois trabalhos diferentes sobre a região que compreende o complexo cacaueiro, chega a opiniões bastante congruentes, que serviram de suporte teórico para a hipótese do presente trabalho:

Trabalho 1: Aspectos da Concentração da Produção de Cacau e da Estrutura Fundiária na Região Cacaueira do Estado da Bahia, 1970. Fonte dos dados: CACEX. Numa aná-

MATERIAL E MÉTODOS

Foi utilizado o método de coleta, tomando como fonte dos dados o recadastramento de 1972 do INCRA, das suas Estatísticas Cadastrais. Do universo das propriedades rurais, foram investigadas as propriedades, usando o proprietário como respondente.

Análise de conceitos

● Imóvel rural: é o prédio rústico, de área contínua, formado de uma ou mais parcelas de terra, pertencente a um mesmo dono, que seja ou possa ser utilizada em exploração agrícola, pecuária, extrativa-vegetal ou agro-industrial, independente de sua localização na zona rural ou urbana.

Este conceito sofre as seguintes restrições:

- 1) Se na zona rural, não devem ser inferiores a 5.000 m²;
- 2) Se na zona urbana, não devem ser inferiores a 20.000 m² e com produção comercializada.

● Módulo Rural: o imóvel rural "que, direta ou pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhe absorve toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração e, eventualmente, com ajuda de terceiros". Para cacau, dendê e seringueira é de 30 ha o módulo e de 45 e 90 ha para pecuária de médio e grande porte;

● Empresa Rural: o imóvel que, tendo a extensão correspondente de até seiscentos módulos, seja explorado "econômica e racionalmente", tendo cerca de 50% de sua área aproveitada;

Continuação da nota de pé de página anterior.

lise dos principais municípios produtores de cacau, a autora diz, à página 18: "A análise do recurso terra mostrou ser a mesma razoavelmente equitativa, o que leva a admitir-se um problema de outra natureza, que não aquele relacionado com a extensão das fazendas".

À página 19: "comprova-se, portanto, que a natureza do problema dos burareiros implica em outros aspectos que não os da limitada extensão territorial das fazendas e estão a requerer, para sua solução, medidas outras que não aquelas da Reforma Agrária, através da pura e simples redistribuição da terra".

Trabalho 2: *Uso e Posse da Terra na Micro Região Programa 3. 1972. Fonte de dados: DEPEX. Numa análise de 48 municípios da região cacaueira, posteriormente subdividida em A (predominância de seringa e dendê), B (predominância de cacau), C (predominância de pecuária bovina) e D (misto de cacau, seringa e coco).*

A autora escreve, à página 17: "MRP-3-B e MRC-3-C são aquelas regiões cujas terras estão distribuídas na forma menos desequilibrada".

- (3) *Odette Rosa da Silva, em seu trabalho de tese "Produtores de Cacau da Bahia: caracterização Sócio-Econômica", à página 98, discorda das posições dos trabalhos anteriormente referidos: "a distribuição de terras nada tem de equitativa, muito ao contrário. Na zona do cacau não é tanto a superfície da fazenda que mostra desigualdade dos níveis econômicos e sim, e muito mais, a quantidade de fazendas que se possui".*

● Latifúndio por exploração: é o imóvel que, tendo as dimensões equivalentes a de um até seiscentos módulos, "seja mantido inexplorado em relação às possibilidades físicas, econômicas e sociais do meio, com fins especulativos, ou seja, deficiente ou inadequadamente explorado";

● Latifúndio por dimensão: é o imóvel que, explorado racionalmente ou não, possui dimensão superior a 600 módulos da região em que se situa;

● Minifúndio: é o imóvel de extensão inferior a um módulo;

Análise estatística

Foram executadas análises tabulares de todos os municípios da Grande Região Cacaueira, bem como dos municípios que produzem e não produzem cacau (predominância da pecuária bovina).

RESULTADOS

O Quadro 1 mostra que os 89 municípios da Grande Região Cacaueira apresentam as seguintes características, quanto à posse da terra.

- a) a maioria dos imóveis é constituída pelos minifúndios (61,72%), que, no entanto, ocupam a menor área (12,20%) dos 4 estratos;
- b) os latifúndios por dimensão só foram registrados em 10 imóveis, com o insignificante percentual de 0,02%, mas que ocupam a segunda área dos estratos (13,69%);
- c) a maior área é ocupada pelos latifúndios por exploração (61,10%);
- d) somente 13,01% de toda a área é ocupada com as empresas rurais.

O segundo objetivo específico considerou como área de análise aqueles 28 municípios pertencentes à Microrregião Homogênea Cacaueira.

Ao analisar-se o Quadro 2, salientam-se as seguintes observações:

- a) há somente dois imóveis, categorizados como "latifúndio por dimensão", o que corresponde a um ínfimo percentual no total de imóveis (0,01%) e mesmo na área ocupada (4,19%);
- b) os minifúndios predominam com 65,14% dos imóveis para uma área que não chega a 20%;

c) o número de imóveis rurais da categoria "empresas rurais" estão em torno de 10%, para uma área de 17,50%;

d) a maior área é ocupada com os latifúndios por exploração, em torno de 60%.

Finalmente, o terceiro objetivo extraiu aqueles municípios da Grande Região Cacaueira que não apresentaram sequer uma arroba, na produção de cacau.

Trata-se, em sua maioria, dos municípios cuja base econômica se localiza na pecuária bovina. Perfazem eles um total de 21 municípios, que são analisados no Quadro 3.

Quadro 1 - Posse da Terra nos 89 Municípios da Grande Região Cacaueira da Bahia - 1972.

Tipos de imóveis	Nº de imóveis		Área ocupada (ha)	
	Total	%	Total	%
Latifúndios por exploração	20.324	31,88	5.059.841	61,10
Latifúndios por dimensão	10	0,02	1.133.885	13,69
Minifúndios	39.346	61,72	1.010.749	12,20
Empresas rurais	4.066	6,38	1.077.173	13,01
TOTAL	63.746	100,00	8.281.628	100,00

FONTE: Estatísticas Cadastrais (INCRA)

Dados elaborados pela Divisão de Sócio-Economia.

Quadro 2 - Posse da Terra nos Municípios da Microrregião Homogênea Cacaueira da Bahia - 1972.

Tipos de imóveis	Nº de imóveis		Área ocupada (ha)	
	Total	%	Total	%
Latifúndios por exploração	4.608	25,08	842.015	59,94
Latifúndios por dimensão	2	0,01	58.860	4,19
Minifúndios	11.971	65,14	258.025	18,37
Empresas rurais	1.795	9,77	245.809	17,50
TOTAL	18.376	100,00	1.404.709	100,00

FONTE: Estatísticas Cadastrais (INCRA)

Dados elaborados pela Divisão de Sócio-Economia.

Quadro 3 - Posse da Terra nos 21 Municípios não Produtores de Cacau.

Tipos de imóveis	Nº de imóveis		Área ocupada (ha)	
	Total	%	Total	%
Latifúndios por exploração	4.608	33,68	1.425.920	47,29
Latifúndios por dimensão	5	0,04	916.956	30,41
Minifúndios	8.235	60,20	279.742	9,28
Empresas Rurais	832	6,08	392.517	13,02
TOTAL	13.680	100,00	3.015.135	100,00

FONTE: Estatísticas Cadastrais (INCRA)
Dados elaborados pela Divisão de Sócio-Economia.

Os resultados assim se apresentaram:

- a) somente cinco imóveis (0,04%) dos 13.680 ocupam uma área de 30,41%, estando na categoria de "Latifúndio por Dimensão";
- b) os "latifúndios por exploração" detêm a maior área ocupada nessa região (47,29%).

CONCLUSÕES

Este capítulo trata dos resultados apresentados nos Quadros 1, 2 e 3, porém de forma diferente: tenta-se localizar as diferenças e identidade dos dados nas três regiões, sem a linguagem pura e seca do capítulo anterior:

- a) todos os três Quadros apresentam a maior extensão da área ocupada para a categoria "Latifúndios por Exploração". O percentual é mais representativo ainda quando se observa o Quadro para os 89 municípios da Grande Região Cacaueira;
- b) apesar de somente 10 imóveis (0,02%), entre os 63.746, constarem entre os "Latifúndios por Dimensão" (parece que o estrato é um tanto difícil de ser atingido), sua representação sob a forma de área ocupada é bem expressiva.

Na área de pecuária, localizaram-se 5 daqueles 10 imóveis, e um número de hectares bastante elevado por cada imóvel, quando reunidos, participou com quase 1/3 da área total dos 21 municípios.

Na área de cacau só aparecem 2 imóveis com mais de 600 módulos (Latifúndio por Dimensão) e sua área ocupada é a menos expressiva (4, 19%) de todos os estratos em qualquer das 3 áreas estudadas;

- c) em todos os Quadros, vê-se que os maiores percentuais de imóveis são de minifúndios, sempre ultrapassando a 60% do total.

Por outro lado, o contrário se dá quanto à área ocupada. São as áreas de menor participação no total dos Quadros 1 e 3, porém participam em 18, 3% da área da Microrregião Homogênea Cacaueira. Aliás, esta participação expressiva de área está bastante relacionada com o maior dos percentuais de imóveis da categoria "Minifúndios" (65, 14%), nos três Quadros.

Outra observação que ainda se pode fazer na Microrregião Homogênea Cacaueira, com respeito aos minifúndios, é sua superioridade em área ocupada, em relação às categorias "Empresas Rurais" e "Latifúndio por Dimensão".

Isso traz um respaldo de grande valia, justificando pesquisas agro-sócio-econômicas nos minifúndios e, principalmente, nos imóveis que exploram basicamente o cacau. Mais especificamente, estudos do pequeno produtor de cacau;

- d) as empresas rurais - meta de uma economia que visa ao pleno acoplamento do setor primário com os demais - sequer atingiram 20% da área ocupada em qualquer dos três Quadros, tampouco a 10% dos imóveis.

A Microrregião Homogênea Cacaueira (Quadro 2) foi a que obteve maior participação em imóveis e área (9, 77% e 17, 50%, respectivamente).

Dos 89 municípios que formam a Grande Região Cacaueira da Bahia, pouco mais de 6% dos imóveis rurais exploram econômica e racionalmente, ou têm mais de 50% de suas áreas ocupadas, isto é, são empresas rurais.

Conclui-se, também, que a hipótese que serviu de guia ao presente trabalho não se verificou, pelo contrário, ele mostra que a área do complexo de cacau detém 90% dos imóveis aptos à reforma agrária (minifúndios rurais e latifúndios por exploração e dimensão).

Vale salientar que o módulo rural, em áreas com cacau, passou de 17 para 30 hectares, e os trabalhos anteriores, sobre estrutura fundiária, tomam aquela medida mais antiga, o que ratifica mais ainda o novo enfoque do complexo cacaueiro como região propícia para a reforma agrária.

Um município destaca-se dos demais, com um só imóvel ocupando 86% da área total, ao passo que 70% dos imóveis são minifúndios. Trata-se de Caatiba (Quadro 4).

QUADRO 4 - TENÊNCIA DA TERRA NOS 89 MUNICÍPIOS DA REGIÃO CACAUEIRA DA BAHIA. 1972.

MUNICÍPIOS	IMÓVEIS	ÁREA TOTAL	MINIFÚNDIOS		EMPRESA RURAL		LATIFÚNDIO P/EXPLORAÇÃO		LATIFÚNDIO P/DIMENSÃO	
			Imóveis	Área total(ha)	Imóveis	Área total	Imóveis	Área total	Imóveis	Área total
Aiquara	200	16.682	133	2.767	34	6.454	33	7.461	-	-
Alcobaça	1.349	146.827	741	25.032	24	5.029	584	116.765	-	-
2/ Almadina	175	26.318	76	2.045	42	10.195	57	14.078	-	-
1/ Anagé	1.199	79.495	880	29.672	2	2.707	317	47.116	-	-
2/ Aurelino Leal	381	40.531	208	5.239	69	10.878	104	24.417	-	-
1/ Barra do Choça	669	61.889	471	13.718	1	640	197	47.531	-	-
2/ Barra do Rocha	148	14.297	94	2.363	29	6.178	25	5.756	-	-
2/ Barro Preto	250	22.860	136	2.385	60	6.613	54	13.862	-	-
2/ Belmonte	1.075	122.964	678	15.664	57	7.730	340	99.570	-	-
1/ Belo Campo	525	54.346	334	12.459	4	705	187	41.182	-	-
Boa Nova	834	87.330	565	22.158	5	1.258	264	63.914	-	-
2/ Buerarema	524	27.084	362	7.909	60	6.795	102	12.380	-	-
1/ Caatiba	457	437.109	323	9.670	37	22.442	96	26.697	1	378.300
1/ Cairu	217	25.682	122	1.187	22	4.669	73	19.826	-	-
2/ Camacã	723	50.532	425	9.747	116	14.352	182	26.433	-	-
Camamu	1.840	94.272	1.470	17.163	26	3.377	344	73.732	-	-
2/ Canavieiras	2.126	127.606	1.480	29.850	56	7.523	590	90.233	-	-
1/ Cândido Sales	520	83.858	306	9.980	-	-	214	73.878	-	-
1/ Caravelas	1.413	142.781	695	20.718	18	2.485	700	119.578	-	-
2/ Coaraci	335	32.494	190	4.030	89	9.312	76	19.152	-	-
Cravolândia	186	32.952	102	2.047	1	72	82	22.282	1	8.551
Dário Meira	431	34.756	308	9.020	24	6.010	99	19.726	-	-
1/ Encruzilhada	1.372	313.329	806	36.306	69	27.457	497	249.566	-	-
Firmino Alves	157	24.966	92	2.164	25	12.310	40	10.492	-	-
Floresta Azul	372	32.689	229	5.609	68	10.486	75	16.594	-	-
2/ Gandu	480	24.326	345	8.061	45	4.978	90	11.286	-	-
2/ Gongogi	151	22.778	79	1.516	31	9.909	41	11.353	-	-
Guaratinga	1.097	168.728	462	17.224	34	7.114	601	144.390	-	-
2/ Ibicarai	511	22.886	348	7.102	67	5.684	96	10.100	-	-
Ibicuí	609	104.970	379	9.672	94	39.331	136	55.967	-	-
Ibirapitanga	488	31.090	257	5.734	43	6.777	188	18.579	-	-
1/ Ibirapua	697	68.262	443	11.683	27	4.696	227	51.883	-	-
2/ Ibirataia	387	25.166	233	5.743	48	6.341	106	13.082	-	-
Iguaí	1.069	67.851	808	21.090	29	5.419	232	41.342	-	-
2/ Ilhéus	2.669	137.655	1.810	31.721	251	3.136	607	77.798	1	25.000
2/ Ipiaú	363	22.564	212	5.053	64	7.901	87	9.610	-	-
2/ Itabuna	842	61.237	504	9.861	165	26.299	173	25.077	-	-
2/ Itacarê	795	67.882	521	11.731	39	3.239	235	54.912	-	-
Itagi	411	24.972	312	7.804	22	4.999	77	12.169	-	-
Itagiba	446	71.275	220	5.854	90	27.144	136	38.277	-	-
1/ Itagimirim	222	76.311	69	2.764	8	1.950	145	71.597	-	-
Itaju do Colônia	244	100.969	75	2.115	78	55.616	91	43.238	-	-
2/ Itajuípe	532	64.082	293	5.464	133	12.475	105	12.283	1	33.860
Itamaraju	2.208	287.823	1.024	35.672	57	17.114	1.127	235.037	-	-
2/ Itamari	258	8.584	196	3.552	15	1.165	47	3.867	-	-
Itambê	670	153.765	353	11.714	134	65.236	183	76.815	-	-
Itanhém	956	125.720	447	14.836	84	25.818	425	85.066	-	-
2/ Itapê	644	39.138	508	11.763	37	10.725	99	16.650	-	-

MUNICÍPIOS	IMÓVEIS	ÁREA TOTAL	MINIFÚNDIOS		EMPRESA RURAL		LATIFÚNDIO P/EXPLORAÇÃO		LATIFÚNDIO P/DIMENSÃO	
			Imóveis	Área total (ha)	Imóveis	Área total	Imóveis	Área total	Imóveis	Área total
Itapebi	555	136.271	201	5.710	55	20.158	299	110.403	-	-
1/ Itapetinga	399	177.881	108	5.712	181	109.700	110	62.469	-	-
2/ Itapitanga	265	55.028	136	3.331	35	8.237	94	43.470	-	-
1/ Itaquara	262	27.782	174	3.719	3	990	85	23.073	-	-
1/ Itarantim	831	281.271	495	17.507	153	82.113	182	70.440	1	111.211
Itororô	400	45.275	272	6.377	55	12.599	73	26.299	-	-
Ituberã	902	43.977	716	9.988	13	1.266	173	32.723	-	-
Jaguaquara	836	83.518	553	12.720	18	3.820	265	66.978	-	-
Jequié	1.349	249.620	765	17.714	36	11.238	548	220.668	-	-
Jequiriçã	536	22.074	447	7.414	6	3.259	83	11.401	-	-
Jitaúna	430	18.268	311	5.896	21	3.004	98	9.368	-	-
1/ Lajedão	281	58.448	122	4.448	27	13.923	132	40.077	-	-
1/ Macarani	398	374.837	171	7.228	89	56.581	137	113.258	1	197.770
1/ Maiquinique	252	40.599	144	5.576	30	11.683	78	23.340	-	-
1/ Manoel Vitorino	547	130.660	188	8.738	3	1.090	356	120.832	-	-
Marau	946	93.161	676	14.067	15	2.443	255	76.651	-	-
2/ Mascote	614	51.962	376	9.231	26	2.961	212	39.770	-	-
1/ Medeiros Neto	645	344.772	254	10.199	78	21.187	311	83.711	2	229.675
Mucuri	1.005	140.824	475	14.869	18	4.385	512	121.570	-	-
Mutuípe	951	20.568	805	9.197	17	1.173	129	10.198	-	-
Nilo Peçanha	458	27.133	327	5.871	24	2.750	107	18.512	-	-
1/ Nova Canaã	697	71.964	522	14.872	57	20.711	118	36.381	-	-
Nova Viçosa	804	86.590	376	11.371	4	874	424	74.345	-	-
Pau Brasil	447	38.687	276	6.445	60	12.812	111	19.430	-	-
1/ Planalto	924	62.359	770	24.751	14	4.439	140	33.169	-	-
1/ Poções	1.553	101.000	838	28.335	9	2.349	306	70.316	-	-
Porto Seguro	1.114	164.590	470	15.656	15	2.503	629	46.431	-	-
Potiraguá	286	99.734	73	2.604	48	29.226	165	67.904	-	-
Prado	1.084	222.293	474	15.393	27	8.045	583	198.855	-	-
St.ª Cruz de Cabrália	646	262.470	215	10.624	2	4.162	428	128.176	1	119.508
St.ª Cruz da Vitória	156	36.167	91	2.344	21	15.358	44	18.465	-	-
Taperoá	556	19.926	416	7.948	9	677	131	11.301	-	-
2/ Teolândia	386	16.116	279	5.995	3	179	104	9.942	-	-
Ubaíra	856	79.593	549	12.639	5	853	302	66.101	-	-
2/ Ubaitaba	327	19.979	228	3.511	37	5.691	62	10.777	-	-
2/ Ubatã	192	13.092	118	3.033	18	2.559	56	7.500	-	-
2/ Una	1.948	152.045	1.277	29.513	101	11.996	570	110.536	-	-
2/ Uruçuca	506	37.562	283	6.660	102	13.869	121	17.033	-	-
Valença	1.823	92.142	1.473	22.926	22	2.035	327	37.171	1	30.010
Vitória da Conquista	1.969	299.075	1.202	38.045	66	24.837	701	236.193	-	-
2/ Wenceslau Guimarães	763	68.691	576	15.941	10	675	177	52.075	-	-
TOTAL	63.746	8.281.628	39.346	1.010.749	4.066	1.077.153	20.324	5.059.841	10	1.133.885

1/ - Municípios que não produzem cacau, predominância Pecuária (Tabela 3).

2/ - Municípios da Microregião Homogênea Cacaueira (Tabela 2).

Finalmente, pode-se prognosticar que na região estudada ainda existem áreas próprias ao cultivo de cacau, uma vez que é de aproximadamente 60% a área ocupada pelos latifúndios por exploração na Microrregião Homogênea Cacaueira, isto é, são imóveis que ocupam menos de 50% de suas áreas. Esta afirmativa pode ser comprovada com a tendência atual de se plantar cacau.

Claro que uma porção dessas terras provavelmente não se presta para o plantio de cacau de imediato, devido a solos rasos ou alagados, sem fazer uso, é claro, de tecnologia mais avançada.

AGRADECIMENTOS

O autor agradece a dedicação do enumerador Luciano Magno Faria na tabulação dos dados.

RESUMO

Os dois únicos trabalhos sobre a estrutura fundiária na Região Cacaueira da Bahia – apesar de considerarem limites de área diferentes – afirmavam não ser esta distorcida, sendo, portanto, uma região "inapta para a reforma agrária".

Seria pois, uma situação bastante peculiar no contexto América Latina.

Tomando aquela afirmativa como hipótese direcional de um novo trabalho e, embasado na lei 4.504 e em seus conceitos de Módulo Rural, Minifúndio, Empresa e Latifúndios por Exploração e Dimensão, obtiveram-se as diferentes conclusões.

Para fins de melhor comparação regionalizou-se em três os municípios da presente análise:

- Grande Região Cacaueira (89 municípios);
- Microrregião Homogênea Cacaueira (28 municípios);
- Não produtora de Cacau (21 municípios).

Os resultados mostraram, em todas as três regiões, um grande número de minifúndios com pequena área de terra e, ao contrário, um pequeno percentual de latifúndios com enorme extensão de terra, o que caracteriza uma distribuição distorcida, contrariando trabalhos anteriores. Por outro lado, na Microrregião Homogênea Cacaueira – onde se localiza o complexo cacaueiro – os 60% de terra caracterizada com Latifúndio por Exploração indicam haver nesses imóveis áreas por serem incorporadas ao processo produtivo no cultivo de cacau.

LITERATURA CITADA

1. ALENCAR, M.H. Aspectos da Concentração da Produção de Cacau e da Estrutura Fundiária na Região Cacaueira da Bahia. CEPLAC. 1970.
2. _____. Uso e Posse da Terra na Micro Região Programa 3. CEPLAC. 1972.
3. ASMAR, S.R. Informações Demográficas para o Diagnóstico Sócio-Econômico da Região Cacaueira da Bahia. 1970. 3 pág.
4. CEPLAC. Introdução à Região Cacaueira da Bahia. Vol. 3. Seminário de Desenvolvimento Integrado. 1970.
5. INCRA. Estatuto da Terra, Lei 4.504. Ministério da Agricultura. 1964.
6. SILVA, O.R. Produtores de Cacau da Bahia: caracterização Sócio-Econômica. Tese M.S. USP. São Paulo. 289 pp.



